



NOTA TÉCNICA

NÚMERO: 03/2025

DATA: 17/01/2025

ORIGEM: AD/GEP/UPH

REFERÊNCIA: Processo Administrativo nº 59500.002767/2024-61.
Pregão Eletrônico nº 90119/2024 - Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), Em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da 16ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado de Minas Gerais – NOROESTE, itens 2 e 3.

OBJETIVO: Apresentar resposta técnica ao recurso administrativo apresentado pela licitante JS Construtora e Locadora Ltda. – CNPJ nº 16.910.656/0001-81, em face ao julgamento dos itens 2 e 3 do Pregão Eletrônico nº 90119/2024, que declarou vencedora a empresa J C Construções e Imobiliária LTDA.
.

HISTÓRICO: Em 19/12/2024 foi solicitado à comissão de licitação a avaliação da proposta financeira dos itens 2 e 3 apresentada pela empresa J C CONSTRUÇOES E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ nº 04.345.274/0001-73, conforme item 8.23 do Edital e item 8 do Termo de Referência.

Em 19/12/2024 também foi disponibilizado o link de acesso à documentação de habilitação técnica.

Em 20/12/2024 a comissão de licitação habilitou a proposta financeira apresentada pela empresa J C CONSTRUÇOES E IMOBILIARIA LTDA.

Em 26/12/2024 a comissão de licitação apresentou diligência para atendimento pela empresa J C CONSTRUÇOES E IMOBILIARIA LTDA.

Em 27/12/2024 a empresa J C CONSTRUÇOES E IMOBILIARIA LTDA apresentou a documentação solicitada.

Em 30/12/2024, após apresentação de documentação de esclarecimento, a documentação para habilitação técnica da empresa J C CONSTRUÇOES E IMOBILIARIA LTDA foi considerada aprovada pela



equipe técnica.

Em 06/01/2025 a empresa JS Construtora e Locadora Ltda apresentou recurso administrativo em face ao julgamento dos itens 2 e 3 do Pregão Eletrônico nº 90119/2024, que declarou vencedora a empresa J C Construções e Imobiliária LTDA.

ANÁLISE TÉCNICA: A licitante alega que a empresa considerada aceita e habilitada no certame não conseguiu comprovar a execução de serviços de base ou sub-base para atendimento à qualificação técnica prevista no edital.

O edital prevê o seguinte:

"9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

[...]

c) Capacidade Técnico Operacional: Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, exclusivamente como contratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) documento(s) listado(s) na alínea C3 deste subitem, comprovando a execução de serviços de pavimentação de porte semelhante ao objeto dessa licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, com os seguintes quantitativos mínimos, conforme discriminado abaixo, por item:

[...]

Item 2: Pavimentação asfáltica com CBUQ – NOROESTE

I – Construção de pavimento asfáltico ou rígido – 4.536 toneladas

II – Execução de base ou sub-base – 5.670 m³

III – Construção de meio-fio ou de dispositivo de drenagem – 5.400 m.

Item 3: Pavimentação em bloco intertravado de concreto – NOROESTE

I – Construção de pavimento asfáltico ou rígido – 29.400 m²

II – Execução de base ou sub-base – 4.410 m³

III – Construção de meio-fio ou de dispositivo de drenagem –

4.200 m

c1) É permitido o somatório dos quantitativos estipulados na alínea "c", mediante comprovação em mais de um atestado;

[...]

c4) Definem-se como serviços de porte semelhantes àquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Básico ou Executivo – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência;

c5) Define-se como similares serviços de pavimentação flexível (CBUQ ou AAUQ) ou semirrígido ou rígido”.

De início, conforme item 5 do recurso administrativo, a empresa JS Construtora e Locadora Ltda. apresentou o argumento de que os serviços de conservação e manutenção de estradas vicinais (terraplanagem) são diferentes de serviços de pavimentação.

Na etapa de análise dos quantitativos apresentados nos atestados de qualificação técnica, para fins de habilitação técnica da empresa J C Construções e Imobiliária LTDA, a comissão de apoio concluiu que os serviços de compactação descritos nos atestados apresentados, relacionados à execução de obras em estradas e vias urbanas, são tecnicamente equivalentes aos serviços de base e sub-base.

Essa equivalência decorre do fato de ambos os serviços compartilharem as seguintes características técnicas e operacionais:

- Compactação controlada como etapa principal;
- Preparação do solo necessária para garantir condições adequadas de trabalho;
- Observância de normas técnicas brasileiras similares, que orientam o controle do teor de umidade, o grau de compactação e a densidade máxima, parâmetros comuns a ambos os serviços;
- Controle tecnológico indispensável, abrangendo controle de umidade, espessura e densidade;
- Utilização de equipamentos similares, como caminhão-tanque,

rolos compactadores, motoniveladoras e tratores, que empregam a mesma tecnologia;

- Objetivo comum de garantir resistência e estabilidade ao solo.

Dessa forma, à luz do princípio de vinculação ao instrumento convocatório, conclui-se que, considerando o item 9.1, alínea c4) do Termo de Referência, os serviços de compactação podem ser equiparados, em termos de porte, aos serviços de base e sub-base, uma vez que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes.

A comissão de licitação concluiu ainda que desconsiderar os serviços apresentados como qualificação técnica pela J C Construções e Imobiliária Ltda. configuraria uma restrição desproporcional à competitividade. A empresa demonstrou, de forma concreta, possuir as condições técnicas necessárias para a execução dos serviços licitados.

Dessa maneira, com o objetivo de assegurar a escolha da melhor proposta e garantir economicidade à Administração Pública, os atestados inicialmente apresentados pela J C Construções e Imobiliária Ltda foram considerados suficientes para habilitação técnica.

Para atender ao quantitativo de base ou sub-base exigido como qualificação técnica, foram consideradas as seguintes Certidões de Acervo Técnico (CAT):

CAT	Contratante	Serviço apresentado	Quantidade (m³)
862243/2022	Prefeitura de São João dos Patos/MA	Escavação e compactação de base ou sub-base com solo estabilizado granulometricamente, exclusive escavação, carga e transporte e solo	1.000
875842/2022	Prefeitura Municipal de Bacabal/MA	Compactação de aterro a 100% do proctor normal	63.000
			40.950
880750/2023	Secretaria Municipal de Administração, planejamento e Finanças – Prefeitura Municipal de Pinheiro/MA	Compactação de aterro a 100% do proctor normal	62.600
			65.800
			48.400
			23.600
			69.200
			53.800
849199/2021	Prefeitura Municipal de Buriti Bravo/MA	Compactação mecânica a 95% do proctor normal – Pavimentação urbana	34.800
			14.500
TOTAL			477.650

Em sequência a impetrante alega, conforme item 12, que é vedada a inserção de novos documentos em sede de diligência.

Destaco o acórdão Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário, contendo o ensinamento de que a vedação de inclusão de documento previsto no artigo 64, da Lei 14.133/2021, não alcança documento destinado a atestar condição preexistente, como segue:

“Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário


Enunciado

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.”

Conforme item 16, a impetrante afirma que a Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA-MA para o profissional Ronaldo de Amorim Cardoso venceu no dia 31/03/2024, ou seja, meses antes da data de entrega da proposta.

Ocorre que dentre os vários documentos apresentados na fase de habilitação, foi apresentada certidão de quitação com data compatível, conforme destacado abaixo:

Página 1/1



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MA

Nº 908740/2024
Emissão: 31/05/2024
Validade: 31/03/2025
Chave: w2xw2

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados acima. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o interessado não se encontra em débito com o CREA-MA.

Interessado(a) _____
Profissional: RONALDO DE AMORIM CARDOSO
Registro: 0607150386
CPF: 073.***.***-20

Tipo de Registro: VISTO PROFISSIONAL
Data Inicial: 02/04/1981
Data Final: Indefinido
Número do Visto: 6595

Título(s) _____

Em relação ao item 32, a impetrante afirma verificar a presença de um atestado de capacidade técnica supostamente expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo da cidade de Bacabal -MA, referente ao Contrato nº 04060101/2021. Em sequência alega não haver informações acerca do contrato indicado.



Com relação a esse argumento, informa-se que o contrato firmado entre a Prefeitura de Bacabal e a empresa J C Construções e Imobiliária Ltda. bem como seus termos aditivos foram identificados no link a seguir:
<https://www.bacabal.ma.gov.br/licitacao/61>

Assim, como de fato houve contratação e emissão de atestado de capacidade técnica assinado pelo responsável técnico da prefeitura e pelo responsável legal da prefeitura, considerando o princípio de boa-fé, a equipe de licitação aceitou os documentos apresentados.

Conclui-se, portanto, que a empresa J C Construções e Imobiliária Ltda. apresentou documentação válida e conseguiu comprovar com êxito sua qualificação técnica. Conforme apresentado anteriormente, por meio de diversas Certidões de Acervo Técnico (CATs), a empresa demonstrou ter executado um volume superior a 5.670 m³ de serviços tecnicamente similares à execução de base e sub-base, atendendo integralmente aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

CONCLUSÃO:

Diante dos motivos expostos acima, sugere-se improcedência do recurso impetrado e a manutenção da habilitação técnica da licitante J C Construções e Imobiliária Ltda., tendo ela comprovado ter executado atividades similares de complexidade tecnológica equivalente com o objeto licitado e, portanto, apresentando qualificação técnica em atendimento aos termos editalícios.

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES:

Renan Sousa Sá

Equipe de apoio – Decisão 2156/2024

Danielson Vieira de Araújo

Equipe de apoio – Decisão 2156/2024